



IGR_003 – AUTORIDADE NA IBRVN

Versão 002 - agosto de 2015

MUDANÇAS NESTA VERSÃO

- Remoção das referências à “liderança” mantendo apenas “Presbitério”.
- Adequação no artigo 4.1 para que reflita o fato do Conselho escolher ou aprovar o Presbitério. Antes aparecia somente como escolher, o que mudou com o fato da indicação partir do Presbitério.

GUIAS RELACIONADOS

- ORG_001 – Governo da IBRVN
- IGR_004 – Fundamentos da Igreja Local

INTRODUÇÃO

Este guia estabelece as bases de autoridade da IBRVN levando em consideração a doutrina bíblica sobre o assunto. Procura definir a cadeia de autoridade, conforme o ordenamento divino, resguardando a soberania das esferas.

1. AUTORIDADE SUPREMA

1.1. Deus é o criador do universo e soberano sobre absolutamente tudo. E aprova a Ele entregar essa autoridade a Seu Filho, Jesus Cristo, o Deus-Homem, que é hoje o Rei de todo o universo. Jesus Cristo é a suprema autoridade sobre todos nós. Ele é o Rei.

1.2. Jesus Cristo não está entre nós em pessoa hoje. Aguardamos todos a sua segunda vinda. Enquanto ela não acontece, o reino de Cristo é exercido através de meios. Seu principal meio de atuação é o Seu Espírito, a terceira pessoa da Trindade, o Consolador. O Espírito Santo é o principal agente do Rei aqui na Terra.

“7 Mas eu vos digo a verdade: convém-vos que eu vá, porque, se eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se, porém, eu for, eu vo-lo enviarei. 8 Quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo: 9 do pecado, porque não crêem em mim; 10 da justiça, porque vou para o Pai, e não me vereis mais; 11 do juízo, porque o príncipe deste mundo já está julgado. 12 Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; 13 quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir. 14 Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar. 15 Tudo quanto o Pai tem é meu; por isso é que vos disse que há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar.” (João 16:7-15)

Deus é o criador de tudo e soberano sobre tudo - Gn 1; 1 Cr 29:11-12; Sl 33:6; Mt 6:13; At 17:25-28.

Jesus Cristo é o Rei - Mt 28:18; Mt 11:27; Sl 2:6-9; Sl 110; Is 9:6-7; At 2:36; At 10:36; Rm 14:9; Ef 1:20-22; Fp 2:9-11; Hb 1:2; Ap 19:16.

“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra.” (2 Timóteo 3:16-17)

1.3. O Espírito enviado pelo Pai e pelo Filho concedeu dons e levantou apóstolos e profetas (Ef 2:20; Ef 4:10-11). Muitos destes foram inspirados pelo Espírito a escrever a Palavra de Deus, a Bíblia. A Bíblia é

“... a única regra suficiente, certa e infalível de conhecimento para a salvação, de fé e de obediência.” (CFB 1689 – cap. 1 – art. 1)

“A autoridade da Sagrada Escritura, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas provém inteiramente de Deus, sendo Ele mesmo a verdade e o seu autor. A Escritura, portanto, tem que ser recebida, por ser a Palavra de Deus.” (CFB 1689 – cap. 1 – art. 4)

1.4. Portanto, o exercício da autoridade do Rei, como Mestre e Senhor, é feito por meio da observância de Suas orientações contidas na Palavra de Deus, escrita pelo Espírito Santo por intermédio dos apóstolos e profetas.

“O juiz supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser resolvidas e todos os decretos e concílios, todas as opiniões de escritores antigos e doutrinas de homens devem ser examinadas, e os espíritos provados, não pode ser outro senão a Sagrada Escritura entregue pelo Espírito Santo. Nossa fé recorrerá à Escritura para a decisão final.” (CFB 1689 – cap. 1 – art. 10)

1.4.1. Para o entendimento e aplicação da Escritura há necessidade de iluminação do Espírito e em muitos assuntos há flexibilidade de aplicação de acordo com peculiaridades do tempo e da cultura em que a Palavra está sendo aplicada.

“Todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória, para a salvação do homem, a fé e a vida, está expressamente declarado ou necessariamente contido na Sagrada Escritura. A ela nada em tempo algum se acrescentará, quer por nova revelação do Espírito, quer por tradições de homens.

Entretanto, reconhecemos ser necessária a iluminação interior, da parte do Espírito de Deus, para a compreensão salvadora daquilo que é revelado na Palavra. Reconhecemos que há algumas circunstâncias, concernentes à adoração a Deus e ao governo da igreja, que são peculiares às sociedades e costumes humanos, e que devem ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as normas gerais da Palavra que sempre devem ser observadas.” (CFB 1689 – cap. 1 – art. 6)

1.5. A posição da IBRVN sobre a autoridade final das Escrituras pode ser mais bem compreendida mediante a leitura de nossos referenciais teológicos. O lugar exaltado que a Sagrada Escritura ocupa na IBRVN faz com que ela seja uma igreja bíblica.

2. AUTORIDADE DERIVADA

2.1. Toda autoridade externa ao próprio Deus é uma autoridade derivada e é responsável por exercê-la, em sua esfera, em subordinação ao Senhor do universo.

2.2. Típicas autoridades derivadas são os pais na família (especialmente o marido/pai que é a autoridade final nessa esfera), os governantes em suas esferas de soberania, as leis em estados de direito, os magistrados em geral, os patrões ou chefes nas organizações, os presbíteros na igreja, etc.

"Então, Pedro e os demais apóstolos afirmaram: Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens." (Atos 5:29)

2.2.1. Nenhuma autoridade derivada é absoluta. Todas estão submissas em última instância ao Rei e podem e devem ser desobedecidas quando impuserem preceitos contrários aos estipulados pelo Rei em Sua Palavra. Isso é extraordinário e deve ser feito somente em absoluta certeza, com temor diante de Deus.

"Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação." (Romanos 13:1-2)

2.3. Autoridades legitimamente constituídas, na soberania de Deus, devem ser obedecidas porque o próprio Senhor exerce a Sua autoridade através delas.

"104. O que Deus exige no quinto mandamento?

R. Devo prestar toda honra, amor e fidelidade a meu pai e a minha mãe e a todos os meus superiores; devo submeter-me à sua boa instrução e disciplina com a devida obediência, e também ter paciência com seus defeitos 2; porque Deus nos quer governar pelas mãos deles. (Catecismo de Heidelberg – pergunta 104)"

2.4. O modelo para toda autoridade derivada são os pais, conforme apontado pelo quinto mandamento. Ou seja, o exercício de qualquer autoridade deve conter o amor e cuidado, além da severidade e disciplina, que bons pais exercem sobre seus filhos.

124. Que significam as palavras "pai" e "mãe", no quinto mandamento?

As palavras "pai" e "mãe", no quinto mandamento, abrangem não somente os próprios pais, mas também todos os superiores em idade e dons, especialmente todos aqueles que, pela ordenação de Deus, estão colocados sobre nós em autoridade, quer na Família, quer na Igreja, quer no Estado.

125. Por que são os superiores chamados "pai" e "mãe"?

Os superiores são chamados "pai" e "mãe" para lhes ensinar que, em todos os deveres para com os seus inferiores, devem eles, como verdadeiros pais, mostrar amor e ternura para com aqueles, conforme as suas diversas relações; e para levar os inferiores a cumprirem os seus deveres para com os seus superiores, pronta e alegremente, como se estes fossem seus pais. (Catecismo Maior de Westminster – perguntas 124 e 125)

2.4.1. Na IBRVN todas as pessoas que o Senhor colocar em posição de autoridade deverão entender a sua vocação como um chamado ao exercício de autoridade nos termos deste artigo. Ou seja, devem atuar como "verdadeiros pais".

3. SOBERANIA DAS ESFERAS

3.1. Cada autoridade precisa estar consciente dos limites do seu exercício. O reconhecimento destes limites é fundamental no ordenamento estipulado pelo Senhor.

3.2. A intervenção de uma autoridade nos limites de outra, caso necessária, deverá ser feita em espírito de grande temor e com respeito à autoridade da outra esfera. Esse tipo de interferência é excepcional e só deveria ocorrer em casos extremos.

3.2.1. Nada impede que autoridades de diferentes esferas conversem entre si e aconselhem-se mutuamente, mas isso sempre deve ser feito em espírito de reverência ao Rei e com respeito mútuo.

4. AUTORIDADE NA IBRVN

4.1. A IBRVN é uma igreja congregacional e independente. Não possui outras organizações acima dela em termos eclesiais. De dentro de seus próprios membros é formado um Conselho, composto por membros do sexo masculino, maiores de 20 anos. Do Conselho sai o Presbitério que é escolhido ou aprovado pelo próprio Conselho mediante o Colégio Eleitoral (vide guia ORG_001 – Governo da IBRVN).

4.2. Possuem autoridade na IBRVN, além da Palavra e do Espírito de Cristo, o Presbitério, o Conselho e os Guias elaborados por estes.

4.2.1. A autoridade é corporativa. Ou seja, não é o presbítero individualmente, ou o conselheiro individualmente, que tem autoridade. É o presbitério (pluralidade) e o Conselho (pluralidade) que detém a autoridade.

4.2.2. A dinâmica e o equilíbrio de autoridade entre o Presbitério e o Conselho está previsto no guia ORG_001 – Governo da IBRVN.

4.2.3. Os guias são criados e aprovados pelo Presbitério e pelo Conselho e são formas práticas de manter firmadas decisões já tomadas no passado. Somente o próprio Conselho pode modificá-los.

4.2.3.1. Enquanto vigentes, os guias devem ser respeitados e obedecidos por toda a igreja.

4.3. Outras funções são derivadas do Presbitério ou do Conselho podendo ter autoridade limitada e submissa à autoridade maior. Podem-se incluir aí todos os mestres oficialmente nomeados (pregadores, líderes de classes, etc.), coordenadores de projetos, responsáveis por atividades específicas e a diretoria.

4.3.1. Todas essas funções são exercidas de acordo com os guias e as orientações do Presbitério, que sempre é responsável pela supervisão (*episkopos*).

4.4. Todas as autoridades da IBRVN devem estar em acordo e submissas à autoridade final da Escritura. Somente a submissão final às Escrituras permite que a IBRVN seja uma igreja em que Cristo é o Senhor.

4.5. Para que haja oficialidade em qualquer ação da igreja toda a cadeia de autoridade deve ser respeitada. O exercício de qualquer tipo de autoridade em nome da igreja que não tenha respeitado as autoridades constituídas é considerado ilegítimo e passível de advertência.

CONCLUSÃO

Toda autoridade deve ser legitimada e deve estar vinculada em última instância à autoridade final que é o Rei Jesus. Na IBRVN cabe ao Conselho e ao Presbitério agirem como mordomos de Cristo, atuando em nome dEle.



Igreja Batista Reformada Vida Nova
Serv. Antônio Irineu da Silva, 325
Córrego Grande
Florianópolis – SC
ibrvn.com

Soli Deo Gloria

Presbitério IBRVN

IGR_003 – Autoridade na IBRVN
Versão 002 – agosto de 2015